



Demonstrações Financeiras

WISE BRASIL CORRETORA DE CAMBIO LTDA.

30 de junho de 2025

ÍNDICE

Relatório da Administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração do Resultado.....	8
Demonstração do Resultado Abrangente.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1. Contexto Operacional	9
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	9
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis	10
4. Caixa e equivalentes de Caixa	15
5. Títulos e Valores Mobiliários	15
6. Instrumentos Financeiros Derivativos	16
7. Outro Ativos Financeiros	16
8. Ativos e Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos	16
9. Outros Ativos	16
10. Imobilizado de Uso	17
11. Direito de Uso Arrendamento	17
12. Outros Passivos Financeiros	18
13. Passivo de Arrendamento	18
14. Provisões para Pagamentos	18
15. Provisões de Contingências	18
16. Patrimônio Líquido	19
17. Receitas de Prestação de Serviço	20
18. Resultado da Intermediação Financeira	20
19. Despesa com Pessoal	20
20. Despesa Gerais e Administrativas	20
21. Despesa Tributárias	20
22. Despesa com Provisões	21
23. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais Líquidas	21
24. Imposto de Renda e Contribuição Social	21
25. Resultados Recorrentes e Não Recorrentes	22
26. Partes Relacionadas	22
27. Gerenciamento de Risco e Capital	23
28. Eventos Subsequentes	24

Senhores Sócios:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes com valores apresentados em milhares de reais (R\$ mil).

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 26 de janeiro de 2021, o Banco Central do Brasil concedeu autorização para o funcionamento da Wise Brasil Corretora de Câmbio LTDA (Wise), permitindo o início das operações de câmbio em 11 de março de 2021. Desde então, com a licença obtida e amplamente utilizada, a Wise tem experimentado um crescimento constante na adoção de seus serviços.

Em 30 de junho de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 139.128. O resultado apresentado no semestre foi lucro líquido de R\$ 2.573. Ajustando o lucro pela exclusão dos efeitos do *Transfer Pricing* chegaríamos a um lucro líquido de R\$ 57.017.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2025, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 301.239. Desse montante, destacamos que R\$ 215.439 são representados por caixas e equivalentes.

Outras Informações

A política de atuação da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes se fundamenta em normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria.

A Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. informa que no semestre findo de 30 de junho de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, a Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. esclarece que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. confirma que sua administração dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 8 de setembro de 2025.

Os Administradores



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de setembro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Naves Marteletto
Signed By: DANIEL NAVES MARTELETTO 06260972660
CRL: 06260972660
Signing Time: 08 de setembro de 2025 | 21:59 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
C: BR
Issuer: AC CertSign RFB 05
#B9C20581A814C0

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2

Balanço Patrimonial para o Semestre Findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Notas Explicativas	30/06/2025
Ativo Circulante		291.784
Disponibilidades		45.838
Depósitos Bancários	4.a	45.838
Instrumentos Financeiros		194.680
Mensurados ao Custo Amortizado		190.274
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.b	169.601
Títulos e Valores Mobiliários	5	20.295
Outros Ativos Financeiros	7	378
Mensurados ao Valor Justo no Resultado		4.406
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	4.406
Outros		51.266
Ativos Fiscais Correntes	8	3.288
Outros Ativos	9	47.978
Ativo Não Circulante		9.455
Outros		1.342
Ativos Fiscais Diferidos	8	1.342
Imobilizado de Uso	10	5.532
Móveis e equipamentos		6.427
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros		469
(-) Depreciação		(1.364)
Direito de Uso Arrendamento	11	2.581
Direito de Uso Arrendamento		7.095
(-) Depreciação		(4.514)
Total do Ativo		301.239
Passivo Circulante		162.014
Passivos Financeiros e Demais Instrumentos Financeiros		1.774
Mensurados ao Custo Amortizado		1.774
Outros Passivos Financeiros	12	1.774
Outras Obrigações		160.240
Passivo de Arrendamento	13	2.839
Obrigações Fiscais Correntes	8	43.001
Provisão para Pagamentos	14	114.400
Passivo Não Circulante		97
Outras Obrigações		97
Provisão para Pagamentos	14	97
Patrimônio Líquido	16	139.128
Capital Social		18.904
Reserva de Capital – Opções Outorgadas		12.019
Reserva de Lucros		106.017
Lucros Acumulados		2.188
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		301.239

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para o Semestre Findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota	30/06/2025
Receitas Operacionais		
Receitas de Prestação de Serviço	17	161.474
Total Receitas Operacionais		161.474
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18	9.172
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	18	21
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	18	(8.101)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.092
Despesas Operacionais		
Despesas com Pessoal	19	(19.332)
Despesas Gerais e Administrativas	20	(104.863)
Despesas com Depreciação	10, 11	(3.146)
Despesas Tributárias	21	(25.874)
Despesas com provisões	22	(808)
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais Líquidas	23	(2.521)
Total das Despesas Operacionais		(156.544)
Resultado Operacional		6.022
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de Renda	24	(2.151)
Contribuição Social	24	(1.298)
Lucro Líquido		2.573
Resultado por Quota		0,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Semestre Findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	30/06/2025
Resultado Líquido do Semestre	2.573
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-
Resultado Abrangente do Semestre	2.573

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre Findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva de Capital Opções Outorgadas	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		18.904	9.969	106.017	-	134.890
Ajuste pela adoção inicial da Resolução BCB nº178 em 01/01/2025		-	-	-	(385)	(385)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		18.904	9.969	106.017	(385)	134.505
Opções Outorgadas/Reconhecidas	16.b	-	2.050	-	-	2.050
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	2.573	2.573
Saldos em 30 de junho de 2025		18.904	12.019	106.017	2.188	139.128

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para o Semestre Findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Notas Explicativas	30/06/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.022
Ajustes ao lucro		
Depreciações	10, 11	3.146
Remuneração Renda Fixa	18	(3)
Resultado de Marcação a Mercado	18	741
Opções de Compra de Ações	19	2.050
Previdência Social sobre Opções de Compra de Ações	19	489
Provisões		1.408
Contingências	15	445
Provisões para benefício adicionais de funcionários		963
Resultado Ajustado		13.853
Atividades Operacionais		
Variação de Ativos e Passivos		26.038
Redução/(Aumento) Instrumentos Financeiros	5, 6, 7	6.823
Redução/(Aumento) Outros Ativos	8, 9	15.313
(Redução)/Aumento Passivos Financeiros e Demais Instrumentos Financeiros	12	(707)
(Redução)/Aumento Outras Obrigações	13, 14, 15	9.793
Imposto de renda e contribuição social pagos	8	(5.184)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		39.891
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado de uso e Direito de Uso Arrendamento	10, 11	(6.660)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos		(6.660)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		33.231
Modificações na Posição Financeira		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		182.208
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre	4	215.439
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		33.231

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. ("Wise" ou "Corretora") tem sua sede localizada no 1º andar da Rua Girassol, nº 555, e foi fundada como sociedade limitada em 6 de março de 2020. Especializada no mercado de corretagem de câmbio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), a Corretora concentra suas atividades principalmente na corretagem de câmbio, seguindo as normas e leis aplicáveis.

O Conglomerado Prudencial Wise Brasil é liderado pela Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda, consolidada com a Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.

A principal finalidade da Corretora é a realização de operações no mercado de câmbio, em conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes. Suas atividades englobam operações de câmbio com clientes para liquidação pronta, operações para liquidação pronta no mercado interbancário e arbitragens no território nacional e internacional. A Wise Brasil Corretora está comprometida em atuar de acordo com as normativas, proporcionando segurança e eficiência em suas operações no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Wise foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e com as Leis das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 com observância às interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e associadas às normas e Resoluções estabelecidas pelo Bacen e o Conselho Monetário Nacional (CMN), apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 02/2020 e normativos complementares.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Corretora, na elaboração de suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Bacen:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	4.975/21
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 – Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 – Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 28 – Propriedade para Investimento	4.967/21
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 – Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	4.924/21

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 352/2023, a qual dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, taxa de juros efetiva, constituição de perdas associadas ao risco de crédito e divulgação de informações explicativas sobre instrumentos financeiros. As normas são aplicáveis às instituições financeiras e entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

A Administração da Wise Corretora avaliou detalhadamente os impactos da adoção dessas normas, incluindo a realização de estudos técnicos e análises internas com base em sua carteira atual de instrumentos financeiros. Como resultado dessa avaliação, concluiu-se que não houve impactos relevantes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis. Mais especificamente:

- Não houve impactos na classificação, na precificação e mensuração dos instrumentos financeiros, uma vez que os ativos financeiros já atendiam aos critérios previstos nas novas regulamentações;
- Não houve impacto relevante na constituição da provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos, considerando que a metodologia atual de apuração segue os parâmetros definidos na política global da instituição, a qual já está alinhada com os princípios previstos nas novas normas;
- Os saldos negativos nas contas dos clientes (descobertos) são tratados com base nessa política global e as perdas são reconhecidas conforme os critérios de irrecuperabilidade previamente definidos

A WISE Corretora optou pela adoção da faculdade prevista no artº 102 da Resolução BCB nº 352 quanto a não apresentação das demonstrações contábeis comparativas a períodos anteriores para os períodos de 2025.

Adoção inicial de prática contábil

Em 1º de janeiro de 2025, conforme Resolução BCB nº 178/2022, a Wise adotou a nova prática contábil que dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamentos contratadas, na condição de arrendatária. A adoção da resolução foi aplicada de maneira retrospectiva e resultou no impacto de R\$ 385 registrado no Patrimônio Líquido de abertura do semestre.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação da Wise.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda transacional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 8 de setembro de 2025.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto quando mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, são incluídos caixa e equivalentes de caixa, que são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, em aplicações em operações compromissadas (aplicações no mercado aberto) que possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

c) Ativos e Passivos Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo quando aplicável: os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço calculados “pro rata” dia e, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, serão classificados integralmente no curto prazo.

d) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: 20% para equipamentos e 10% para móveis e utensílios. Depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros e de direito de uso arrendamento é apropriada conforme o prazo do contrato de aluguel.

e) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.

f) Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para IRPJ é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a CSLL é constituída a alíquota de 15%. O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para IRPJ 25%, e para a CSLL 15%.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa também são constituídos com base nas alíquotas acima mencionadas e consideram as disposições da Resolução nº 4.842/2020 do CMN quanto aos aspectos de recuperabilidade.

g) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da empresa quando a empresa for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros da Wise estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, quando aplicável, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de *SPPI*, para observação se os fluxos de caixa futuramente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado), são acrescidos ao/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros classificados como recebíveis são apresentados nas rubricas de outros ativos financeiros do Balanço Patrimonial. São mensurados pelo seu custo amortizado.

As operações de câmbio, representadas como instrumentos financeiros derivativos, contratos a termo de câmbio, são registrados pelas variações de taxas cambiais auferidas a mercado. Todos os derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada, em até D+2 na Corretora.

Classificação de ativos e passivos financeiros

i. Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou outros.

Para avaliar os modelos de negócios, a Wise considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

ii. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("teste de SPPI")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais de venda é necessário realizar um teste de SPPI.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

iii. Custo Amortizado ("CA")

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- 1- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- 2- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

iv. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- 1- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- 2- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.
- 3- Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

v. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

vi. Passivo Financeiro

De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, devemos classificar nossos passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro é classificado ou designado como "valor justo por meio do resultado", conforme detalhado abaixo:

- 1- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- 2- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- 3- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- 4- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- 5- Contratos híbridos.

vii. Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

viii. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução dispensa a Corretora, por ser uma sociedade classificada na segmentação do Banco Central do Brasil como S4, da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, porém deve constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais definidos na resolução.

A Wise utiliza uma metodologia interna para apurar perdas por *chargeback*. Quando um estorno resulta em prejuízo para a empresa, os valores não recuperados são categorizados como contas a receber e são baixados da contabilidade com base no seu tempo de atraso. Mensalmente, a Wise realiza um ajuste contábil para registrar esses valores no balanço patrimonial e criar uma provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos.

As aplicações em operações compromissadas e demais aplicações financeiras são classificadas pelo modelo de negócio como mensuradas ao custo amortizado conforme definido em política interna, os riscos de créditos são considerados nulos ou sem efeito material uma vez que o lastro das operações compromissadas são em títulos públicos e as demais aplicações financeiras estão em instituições de primeira linha com disponibilidade imediata.

ix. Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 17, da referida Resolução, nenhuma receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, é reconhecida no resultado.

x. Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/2023, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – "impairment": A Wise efetua avaliações anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é conhecido no resultado do exercício.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 - são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

h) Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de outros benefícios a empregados no longo prazo são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados que serão feitos pela empresa referentes aos serviços prestados pelo empregado até a data de relatório.

i) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo das transações baseadas em ações e liquidadas em ações estão descritos na nota explicativa 16.b.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos.

No fim de cada período de relatório, são revisadas as estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos patrimoniais, com terceiros, exceto funcionários, são mensuradas pelo valor justo das mercadorias ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiança, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos, mensurados na data em que as mercadorias e serviços são recebidos.

j) Ativos e passivos de arrendamento

No início de um contrato, a Corretora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica "Passivos de Arrendamento", que corresponde ao total dos pagamentos futuros trazidos a valor presente em contrapartida ao ativo "Direito de uso – arrendamento". O ativo inclui custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos e ainda uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Corretora usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Os referidos juros são reconhecidos no resultado do período como "Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas- Juros Passivos".

k) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados como recorrente e não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 25.

l) Lucro por quota

O lucro por quota é calculado pela razão entre o Lucro Líquido do exercício e a quantidade de quotas em circulação no encerramento do semestre/exercício.

m) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações legais - fiscais:** são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que tem os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

n) Reconhecimento de Receitas e Despesas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

A principal linha de receita provém das receitas com serviços cobrados pelas transações de venda de moeda estrangeira, cobrados a partir de um percentual fixo do volume operado de câmbio.

As receitas incluem transações com partes relacionadas no exterior para as quais são observadas as regras de Preços de Transferências no Brasil trazidas pela Lei nº 14.596 de 14 de junho de 2023, a qual adequou o Brasil às diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - (OCDE). A Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda passou a adotar a prática de Preço de Transferência (*Transfer Pricing*) em suas operações a partir de 2024.

Da mesma forma as despesas administrativas incluem rateio de despesas (*Cost sharing*) junto a Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda., participante do conglomerado Wise Brasil, de modo que as despesas nas quais ambas as entidades se beneficiam passaram a ser divididas proporcionalmente ao serviço recebido por entidade.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

a) Disponibilidades	30/06/2025
Depósitos Bancários ¹	45.838
Total	45.838

¹Refere-se substancialmente a depósito de valores em moeda nacional em instituições financeiras.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	30/06/2025	
Carteira Própria	Valor ao custo	Valor a Mercado
Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas) ¹	169.601	169.601
Total	169.601	169.601

¹Aplicação em títulos de liquidez diária com remuneração indexada em título com lastro público em condições de mercado, classificada como mensurado ao custo amortizado conforme definido em política interna e registrada no ativo circulante.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2025	
Carteira Própria	Valor ao custo	Valor a Mercado
Aplicações Financeiras – CDB ¹	20.295	20.295
Total	20.295	20.295

¹É composta por aplicação em títulos de liquidez diária com remuneração percentual do CDI em condições de mercado, classificada como mensurada ao custo amortizado conforme definido em política interna e, registrada no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento, junto a bancos de primeira linha com vencimento contratual em até 5 anos.

6. Instrumentos Financeiros Derivativos

Operação a Termo	30/06/2025	
	Valor ao custo	Valor a Mercado
Câmbio		
Contratos de Câmbio	5.147	4.406
Total	5.147	4.406

7. Outro Ativos Financeiros

Ativo	30/06/2025
Devedores Diversos – País ¹	378
Total	378

¹Em 30 de junho de 2025, saldo substancialmente representado por valores a receber de processadores de pagamentos por conta de operações efetuadas via cartões.

8. Ativos e Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos

Ativo Fiscal Corrente	30/06/2025
IRPJ recolhido por Estimativa	1.889
CSLL recolhido por Estimativa	1.139
Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	75
Imposto de Renda a Recuperar	185
Total	3.288
Ativo Fiscal Diferido	
IRPJ Diferido	839
CSLL Diferido	503
Total	1.342
Passivo Fiscal Corrente	
Provisão para impostos e Contribuições sobre Lucros	3.950
Provisão IRPJ	2.464
Provisão CSLL	1.486
Impostos e Contribuições a Recolher	39.051
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	5.312
IRRF sobre Preço de Transferência	3.775
ISS Importação sobre Preço de Transferência	1.527
Outros	10
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.829
IRRF	480
INSS	1.104
FGTS	245
Outros	31.910
IOF a recolher	27.655
ISS a recolher	1.295
PIS a recolher	183
COFINS a recolher	1.127
PIS sobre Preço de Transferência	275
COFINS sobre Preço de Transferência	1.265
ISS sobre Preço de Transferência	110
Total	43.001

9. Outros Ativos

	30/06/2025
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (notas 26, 3.n)	45.705
Despesas Antecipadas	1.343
Depósito Caução	573
Adiantamentos a Fornecedores	308
Outros	49
Total	47.978

10. Imobilizado de Uso

a) Saldos

	30/06/2025			
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Equipamentos	20% aa	5.608	(818)	4.790
Moveis e Utensílios	10% aa	819	(77)	742
Benfeitoria em Imóvel de Terceiro	100% aa	469	(469)	-
Total		6.896	(1.364)	5.532

b) Movimentos

	30/06/2025			
	Equipamentos	Móveis e Utensílios	Benfeitorias em Imóvel De Terceiros	Total
Custo				
Em 1 de janeiro de 2025	2.077	428	469	2.974
Adições	3.531	391	-	3.922
Em 30 de junho de 2025	5.608	819	469	6.896
Depreciação				
Em 1 de janeiro de 2025	(469)	(45)	(235)	(749)
Despesas de Depreciação	(349)	(32)	(234)	(615)
Em 30 de junho de 2025	(818)	(77)	(469)	(1.364)
Valor Residual Líquido				
Em 30 de junho de 2025	4.790	742	-	5.532

11. Direito de Uso Arrendamento

a) Saldos

	30/06/2025			
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Direito de Uso Arrendamento	100% aa	7.095	(4.514)	2.581
Total		7.095	(4.514)	2.581

b) Movimentos

	30/06/2025	
	Direito de Uso Arrendamento	Total
Custo		
Em 1 de janeiro de 2025	4.357	4.357
Adições	2.738	2.738
Em 30 de junho de 2025	7.095	7.095
Depreciação		
Em 1 de janeiro de 2025	(1.983)	(1.983)
Despesas de Depreciação	(2.531)	(2.531)
Em 30 de junho de 2025	(4.514)	(4.514)
Valor Residual Líquido		
Em 30 de junho de 2025	2.581	2.581

Refere-se a 2 contratos de aluguel, com vencimento até 31 de dezembro de 2025. Os contratos são anualmente atualizados por renegociação para mais 12 meses..

12. Outros Passivos Financeiros

	30/06/2025
Outras Provisões ¹	1.064
Credores Diversos ²	575
Receitas Diferidas a Apropriar	135
Total	1.774

¹ Referem-se substancialmente a saldo de clientes a serem reembolsados.

² Referem-se substancialmente à saldo de clientes em trânsito.

13. Passivo de Arrendamento

O passivo de arrendamento é constituído pelos valores presentes das obrigações devidas ao arrendador durante o prazo de utilização dos imóveis. Corresponde aos contratos mencionados na nota 11. O passivo de arrendamento mercantil foi reconhecido e atualizado com base na taxa de captação da Corretora, de 12,50% a 14,00% a.a..

	30/06/2025
Em 1 de janeiro de 2025	5.498
Adições	
Novos Contratos	2.738
Despesas Financeiras	291
Baixas	
Pagamento de Aluguel	(2.950)
Em 30 de junho de 2025	2.839

14. Provisões para Pagamentos

	30/06/2025
Valores a Pagar Sociedades Ligadas (notas 20, 26 e 3.n)	90.627
Provisões para Obrigações com Pessoal ¹ (nota 19)	14.068
Fornecedores	7.828
Provisão para Passivos Contingentes (nota 15)	1.777
Outros	197
Total	114.497

¹ Referem-se as provisões relacionadas aos encargos de pagamentos baseados em ações, encargos com pessoal e outros benefícios a empregados no longo prazo.

15. Provisões de Contingências

Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o parecer de consultores jurídicos externos, responsáveis por classificar as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Conforme procedimentos previstos no CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823/2009 do CMN e da Instrução Normativa BCB nº 319/2022, são constituídas provisões para contingências para processos cíveis e trabalhistas com probabilidades de perda provável.

Contingências (nota 22)	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 30/06/2025
Cíveis ¹	1.332	1.017	(212)	(363)	1.774
Trabalhistas	-	3	-	-	3
Total	1.332	1.020	(212)	(363)	1.777

¹ Corresponde a processos cíveis para solicitações de danos materiais e morais. Em 30 de junho de 2025, correspondiam a 81 processos.

Os processos classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, pois, a Administração, com base na avaliação de especialistas jurídicos e nas condições processuais de cada ação, entende que esses processos não produzirão efeitos patrimoniais. Segue abaixo os processos que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda possível:

Cíveis - R\$ 2.013: corresponde a 71 processos para solicitações de danos morais.

Trabalhistas - R\$ 161: corresponde a 2 processos.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado da Wise, é de R\$ 18.904 representado pelo valor nominal unitário de R\$ 1,00, detidos por investidores domiciliados no exterior, sendo 18.714.935 quotas no Reino Unido (Wise UK) e 189.040 quotas nos Estados Unidos (Wise US).

b) Opções de Compra de Ações

O plano de opção de ações para funcionários foi desenvolvido para fornecer incentivos de longo prazo. De acordo com o plano, os empregados Wise recebem opções de ações da Wise PLC, com *vesting* gradual. Se o empregado sair, todos os lotes não investidos são perdidos. Não há condições de mercado – o *vesting* é baseado apenas no prazo de serviço. Após vencimento a renovação não está garantida. Os pacotes de opções não podem ser alterados – as alterações são feitas através do cancelamento do pacote antigo e concessão de um novo pacote.

Uma vez adquiridas, as opções poderão ser exercidas somente mediante o início do exercício. O valor total a ser debitado é determinado por referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição fora do mercado estão incluídas nas premissas do número de opções e prêmios que se espera que sejam adquiridos.

As opções são outorgadas de acordo com o plano sem contraprestação e sem direito a dividendos ou voto. Quando exercível, cada opção é conversível em uma ação ordinária. Como resultado da reestruturação, a Wise Payments Ltd transferiu suas obrigações de pagamento baseado em ações para a Wise PLC, que será responsável pela liquidação dos prêmios de pagamento baseado em ações.

Os participantes são elegíveis para opções de compartilhamento assim que ingressarem na Wise.

c) Plano de opções com liquidação em patrimônio

Neste plano, as opções são adquiridas pelo colaborador diretamente da Transferwise PLC ao valor justo da opção e, no exercício, as ações são adquiridas pelo valor justo determinado na outorga, portanto, não geram impacto financeiro no resultado da Wise.

1 de Janeiro a 30 de Junho de 2025		
	Preço Médio de exercício por Opção	Número de Opções
Começo do Período		167.933
Outorgas durante o período	0.00001	83.642
Opções exercidas durante o período	0.00001	(30.367)
Opções perdidas durante o período	0.00001	(10.185)
Relocadores ¹	0.00001	822
Fim do Período	0.00001	211.844
	0.00001	
Opções adquiridas e exercíveis no Fim do Período	0.00001	17.468
Preço médio exercido	0.00001	
Valor Justo na data de concessão das Opções concedidas durante o período	69.87	

¹ Refere-se aos colaboradores que receberam ações durante o último ano fiscal estando alocados em outras Entidades situadas fora do Brasil, mas se mudaram para o Brasil neste ano fiscal. Ou o contrário, eles estavam alocados em Entidades do Brasil no último ano fiscal, mas não estão mais neste ano fiscal.

A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa também requer a determinação das entradas mais apropriadas para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção de compra de ações ou direito de valorização, volatilidade e rendimento de dividendos e fazer suposições sobre eles.

O custo das opções de compra de ações é determinado pelo valor justo na data da outorga pelo modelo Black Scholes.

As provisões do plano de pagamentos baseado em ações para o semestre findo em 30 de junho de 2025 apresentaram uma variação no valor de R\$ 2.050, com isso o saldo total da reserva de capital acumulado ficou em R\$ 12.019.

d) Reserva de Lucros

Constituída como Reserva Especial de Lucros da remuneração do capital não distribuída, obrigatória ou proposta, não configura obrigação presente na data desta demonstração.

17.Receitas de Prestação de Serviço

	30/06/2025
Receitas de Serviços de Câmbio ¹	150.119
Serviços Prestados à Sociedades Ligadas (notas 26 e 3.n)	11.355
Total	161.474

¹Correspondem as receitas pelos serviços cobrados pelas transações de venda de moeda estrangeira, cobrados a partir de um percentual fixo do volume operado de câmbio

18.Resultado da Intermediação Financeira

	30/06/2025
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 4)	9.172
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	21
Resultado de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 6)	(8.101)
Total	1.092

19.Despesa com Pessoal

	30/06/2025
Remuneração	(9.213)
Encargos Sociais	(3.227)
Benefícios	(6.859)
Outros	(33)
Total ¹	(19.332)

¹Redução dos custos relacionados a adoção do *Cost Sharing* (nota 3.n)

20. Despesa Gerais e Administrativas

	30/06/2025
Serviços tomados junto à Sociedades Ligadas (notas 26 e 3.n)	(92.025)
Atendimento ao cliente	(7.492)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(2.533)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.457)
Propaganda e Publicidade	(309)
Outras	(1.047)
Total ¹	(104.863)

¹Redução dos custos relacionados a adoção do *Cost Sharing* (nota 3.n)

21.Despesa Tributárias

	30/06/2025
COFINS sobre Transfer Pricing (nota 3.n)	(7.807)
ISS	(7.506)
COFINS	(6.600)
PIS sobre Transfer Pricing (nota 3.n)	(1.695)
PIS	(1.073)
IOF	(573)
ISS sobre Transfer Pricing (nota 3.n)	(568)
Demais Impostos	(52)
Total	(25.874)

22. Despesa com Provisões

	30/06/2025
Contingência (notas 15 e 3.m)	(808)
Total	(808)

23. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais Líquidas

	30/06/2025
Reembolsos de Custos junto a Sociedades Ligadas (nota 26)	(1.224)
Descontos Concedidos a Clientes	(1.085)
Outras	(212)
Total	(2.521)

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	6.022
Adições Permanentes	91
Adições Temporárias ¹	20.181
Exclusões Temporárias	(16.389)
Base de Cálculo	9.904
IRPJ	2.464
CSLL	1.486

¹ Provisão relativas a contingência cíveis e trabalhistas, benefícios pagos à empregados relacionados ao período sabático (curto e longo prazo), Marcação ao Mercado, Arrendamentos conforme CPC 06 R2 e provisão e chargeback, nota explicativa 3.f.

b. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Tributos diferidos	
Constituição (reversão) de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	501
Total de impostos diferidos	501
Impostos correntes	
Imposto de renda e contribuição social devidos	(3.950)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(3.449)

¹ Provisão relativa a pagamentos por opção de ações nota explicativa 3.f.

c. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2025, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados do Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade da Corretora e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões. Atualmente, a entidade não possui estoque de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social para ser compensado em exercícios futuros. Os créditos tributários, calculados sobre as adições temporárias líquidas, foram constituídos considerando a alíquota total de 40% (25% IRPJ e 15% CSLL), nos termos da legislação vigente.

A constituição do crédito tributário está condicionada à expectativa de realização. Dessa forma, não foi constituído crédito tributário sobre a provisão de pagamentos em ações, no montante de aproximadamente R\$ 8,214 milhões em junho de 2025, em razão da pendência de definição quanto a data de sua realização.

	31/12/2024	Constituição	Reversão/ Realização	30/06/2025
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Base negativa de CSLL	-	-	-	-
Diferenças temporárias	841	501	-	1.342
Total de créditos tributários	841	501	-	1.342

d. Expectativa de realização de crédito tributário

	Junho/2025		Total
	Imposto de Renda	Contribuição Social	
1º Ano - 2025	543	326	869
2º Ano - 2026	148	89	237
3º Ano - 2027	148	88	236
Total	839	503	1.342

¹ Provisão relativa a pagamentos por opção de ações nota explicativa 3j.

25. Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, destacamos que nosso resultado contábil recorrente em 30 de junho de 2025 de R\$ 2.573. Não houve resultado não recorrente para o semestre findo em 30 de junho 2025.

	30/06/2025
Resultado Recorrente	2.573
Resultado Não Recorrente	-
Total	2.573

26. Partes Relacionadas

A Wise controlada pela Wise Payments Limited e Wise US Inc., tem suas operações e remuneração de serviços com partes relacionadas realizadas no curso normal dos negócios.

As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.818/2020, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativo	30/06/2025
Ativo Circulante	
Outros	45.705
Outros Ativos (nota 9) ^{1,2}	45.705
Passivo	
Passivos Circulante	
Outras Obrigações	90.627
Provisão para Pagamentos (nota 14) ^{1,4}	90.627
Resultado	
Receitas Operacionais	11.355
Receita de Prestação de Serviço ^{1,3}	11.355
Despesas Operacionais	(93.249)
Despesas Gerais e Administrativas ^{1,3} (nota 20)	(92.025)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas (nota 23)	(1.224)

¹ Corresponde a operações junto a Wise UK Payments Limited, empresa controladora.

² Corresponde a operações junto a Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda, empresa ligada.

³ Serviços Transfer Pricing. Vide nota 3.n.

⁴ Serviços Transfer Pricing R\$ 21.309, Serviços compartilhados R\$ 69.318.

As despesas registradas no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2025 referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração são como seguem:

	30/06/2025
Proventos	1.002
Benefícios	56
Encargos	468
Total	1.526

27. Gerenciamento de Risco e Capital

A Wise adota uma abordagem proativa e estratégica para a gestão de riscos. Reconhecemos que uma gestão eficaz de riscos é essencial para alcançar nossos objetivos estratégicos e nossa missão. Por isso, investimos significativamente em pessoas, tecnologia e processos para aprimorar a identificação de riscos, possibilitar a mitigação proativa e fortalecer nossa cultura de gestão de riscos. Nosso robusto modelo de três linhas de defesa oferece uma visão abrangente dos riscos e da eficácia dos controles, além de fortalecer nosso processo de identificação e mitigação. Nossas políticas de Gestão de Riscos apoiam as tomadas de decisões, o planejamento e a priorização, proporcionando uma compreensão mais profunda dos riscos. Elas estabelecem papéis e responsabilidades claros, com supervisão adequada, garantindo uma abordagem consistente em toda a empresa. Aprovadas anualmente pela Diretoria e sujeitas a revisões contínuas, nossas políticas permanecem fundamentais para nossa estratégia de gestão de riscos. Essa estratégia é liderada pela área de Gestão de Riscos, responsável por definir os padrões desejados e as ações necessárias para alcançá-los.

As estruturas de Gerenciamento de Riscos, Capital e Controles Internos da Wise Brasil estão alinhadas aos requisitos regulatórios brasileiros, especialmente àqueles definidos pela Resolução nº 265/2022 do Banco Central do Brasil. Essas estruturas são adaptadas à complexidade dos riscos inerentes aos processos da empresa, que é um conglomerado financeiro liderado pela Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. classificada como tipo 3, conforme resolução nº 436/2024, e que também inclui a Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda., ambas enquadradas no Segmento 4 (S4), conforme o art. 5º, § 3 da Resolução nº 4.436/2024 do CMN. Além disso, a Wise Brasil segue os requisitos estabelecidos no ERMF (*Enterprise Risk Management Framework*) global da Wise Ltd, que se reporta à *Financial Conduct Authority* (FCA).

A Wise Brasil possui uma estrutura independente de gerenciamento integrado de riscos e capital, e políticas e procedimentos em alinhamento com as melhores práticas de mercado. As empresas do conglomerado monitoram os riscos Operacionais, de Mercado, de Liquidez, de Crédito, de Capital, Socioambiental e de Compliance. Além disso, continuam implementando procedimentos de Controles Internos e Auditoria Interna, mantendo-os separados das áreas de negócio para garantir a robustez e a independência da segunda e terceira linhas de defesa.

A seguir são apresentados os riscos gerenciados pela Wise Brasil:

a) Risco de Mercado: A Wise Brasil é afetada pelo risco de mercado, principalmente devido à natureza de suas transações, que estão sujeitas às variações nos preços das diferentes moedas (risco cambial). A empresa adota a estratégia de fechar sua posição de câmbio diária em valores próximos a zero, o que minimiza a exposição a esse risco. Além disso, a Wise não mantém estoque físico de moedas estrangeiras, o que facilita o fechamento da exposição diária. O monitoramento diário do risco de mercado é realizado através de procedimentos internos e ferramentas externas, visando obter uma análise completa dos riscos assumidos.

b) Risco Operacional: o monitoramento contínuo do risco operacional ajuda a Wise Brasil a manter sua operação disponível para todos os clientes 24 horas por dia, 7 dias por semana. Para alcançar esse objetivo todos os riscos e controles internos da instituição são devidamente mapeados. Em seguida, realiza-se a avaliação de riscos (RCSA - *Risk and Control Self Assessment*), que permite à equipe de Riscos analisar dados qualitativos e quantitativos para dar suporte às tomadas de decisões.

c) Risco de Liquidez: os procedimentos de gerenciamento e monitoramento são : **i) Liquidez de Curto Prazo:** Embora ainda não tenha sido implantada, esta política seguirá uma metodologia semelhante ao LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), considerando Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e depósitos em relação às obrigações de curto prazo, após avaliar o possível impacto nas receitas da instituição; **ii) Análise de Concentração ;** e **iii) Projeção de Resultados:** Análise dos cenários esperado e estressado para um período de três anos, levando em conta o impacto de diversas categorias de riscos provenientes de cenários internos e externos da Wise.

d) Risco de Crédito: É importante destacar que a Wise Brasil não possui carteira de crédito, ou seja, não concede empréstimos a seus clientes, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Por essa razão, a empresa não se enquadra nos requisitos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional. Os riscos de contraparte aos quais a Wise Brasil está exposta provêm de seu relacionamento com outras instituições financeiras no Brasil, incluindo contas correntes em moeda estrangeira, contas correntes em Reais e possíveis investimentos realizados pela instituição.

e) Gerenciamento de Capital: Ao longo do segundo semestre de 2024 não houve desenquadramento de capital mínimo para o Conglomerado Prudencial da Wise Brasil, que chegou ao mês de junho de 2025 com índice de Basileia de 19.64%. A Wise Brasil possui instrumentos para cálculo e análise de capital mínimo regulatório, Patrimônio de Referência (PR), Ativos Ponderados pelo Riscos (RWA), e outros reportes prudenciais obrigatórios. Estão em desenvolvimento procedimentos visam fortalecer a estrutura de gerenciamento de capital como: i) Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital; ii) Programa de testes de estresse; iii) Plano de capital; iv) Plano de contingência de capital; e v) Relatórios gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição e o comitê de riscos.

f) Gerenciamento de Risco Social, Ambiental e Climático: A Wise Brasil conta com uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que orienta a implementação dos procedimentos de monitoramento e gestão desses riscos específicos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.945/2021.

g) Risco de Compliance: O risco de compliance é gerenciado pela equipe de Compliance com base no Brasil. O objetivo dessa equipe é garantir a conformidade com as normas legais e regulatórias, as políticas internas e as boas práticas de mercado, além de promover a melhoria contínua do sistema de controles internos e mitigar riscos relacionados aos negócios da Wise, especialmente os riscos de imagem, legais, de conformidade e regulatórios. A estrutura de compliance da Wise é independente, reportando-se diretamente à Diretora da matriz em Londres, atuando como a segunda linha de defesa.

h) Controles Internos: A Wise Brasil segue procedimentos de controles internos de acordo com a Resolução nº 260/2022. Os testes de controles internos focam nos processos e controles críticos, sendo essenciais para manter uma matriz de riscos e controles atualizada, além de promover a melhoria dos processos e reduzir incidentes.

Limites Operacionais

Limites Operacionais: Os limites mínimos de patrimônio líquido compatível com o grau de risco decorrente da exposição das financeiras (Acordo da Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e aplicação de recursos no ativo permanente são apurados conforme critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.958/2021 do CMN. Em 30 de junho de 2025, os limites operacionais foram devidamente atendidos, com confortável margem reportada entre o patrimônio de referência e o mínimo exigido para o RWA:

Principais Indicadores de Riscos – Tabela OVA – reais mil

	30/06/2025
Categorias de Risco	
Risco Operacional (RWAOPAD)	289,475
Risco de Serviços de Pagamento (RWASP)	119,028
Risco de Mercado (RWACAM + RWAJUR)	39,926
Risco de Crédito (RWACPAD)	321,740
RWA	770,169
Capital Social	31,754
Cotas	18,904
Ajuste Prudencial	703
Patrimônio de Referência Exigido para o RWA	61,614
Patrimônio de Referência	151,257
Margem do PR	89,644
Limite de Imobilização	75,629
Ativo Permanente	8,114
Margem de Imobilização	67,515
Índice de Basileia	19.64%

28. Eventos Subsequentes

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes relevantes que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

Signed by:

Enio Almeida

29C3F603436F4BD...

ENIO ALMEIDA
Diretor de Riscos

DocuSigned by:

Thais Romano

83DA103B67AB45D...

THAIS ROMANO CANÇADO SILVA
Contadora
CRC 1 SP 198.160/O-0

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 40354FA6-1094-4322-87F5-9CAB3F1D3D5B
 Assunto: Complete com o Docusign: WISEBRASILCORRETORACAMBIO25 VF.JUN.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 27
 Assinar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Maria Esteves
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 maria.esteves@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.160.202

Rastreamento de registros

Status: Original 08 de setembro de 2025 18:57	Portador: Maria Esteves maria.esteves@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 08 de setembro de 2025 21:59	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Daniel Marteletto
 daniel.marteletto@pwc.com
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC Certisign RFB G5
 Assunto: CN=DANIEL NAVES MARTELETTO:06260972660

Assinatura

Signed by:

 B85C2D581A8C4CD...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 34.236.222.64

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf

Registro de hora e data

Enviado: 08 de setembro de 2025 | 18:58
 Visualizado: 08 de setembro de 2025 | 21:57
 Assinado: 08 de setembro de 2025 | 21:59

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Maria Esteves maria.esteves@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 08 de setembro de 2025 21:59 Visualizado: 08 de setembro de 2025 21:59 Assinado: 08 de setembro de 2025 21:59
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	08 de setembro de 2025 18:58
Entrega certificada	Segurança verificada	08 de setembro de 2025 21:57
Assinatura concluída	Segurança verificada	08 de setembro de 2025 21:59
Concluído	Segurança verificada	08 de setembro de 2025 21:59

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------